

DIÁLOGOS CRÍTICOS:

O PENSAMENTO ESTRANGEIRO E A SOCIOLOGIA DO TRABALHO NO BRASIL

ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA
JOSÉ RICARDO RAMALHO
CESAR SANSON

ORGANIZADORES



DIÁLOGOS CRÍTICOS:
O PENSAMENTO ESTRANGEIRO E A
SOCIOLOGIA DO TRABALHO NO BRASIL

Diagramação
Fernandes Augusto Castro

Revisão
Marise Reis

Projeto e Produção
Coletivo Gráfico Annablume

Annablume Editora
Área de Sociologia
Conselho Científico
Iram Jácome Rodrigues
Jacob Carlos Lima
José Ricardo Ramalho
Josué Pereira da Silva

1ª edição: julho de 2023

© Roberto Vêras de Oliveira, José Ricardo Ramalho, Cesar Sanson
Organizadores

Annablume Editora Comunicação
www.annablume.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Entre o não ser e o ser outro

ANDRÉ BOTELHO 13

I – INTRODUÇÃO 17

1. APRESENTAÇÃO

ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA

JOSÉ RICARDO RAMALHO

CESAR SANSON 19

2. SOCIOLOGIA DO TRABALHO E SUAS INTERFACES: TRAJETÓRIA E TENDÊNCIAS ATUAIS

ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA

JOSÉ RICARDO RAMALHO

CINARA ROSENFELD 23

II – O TRABALHO SOB O PARADIGMA INDUSTRIAL E SUAS VARIAÇÕES CRÍTICAS	61
3. “O TRATADO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO” DE FRIEDMANN E NAVILLE E A FORMAÇÃO DE UM NOVO CAMPO CIENTÍFICO	
RICARDO COLTURATO FESTI	63
4. AS CONTRIBUIÇÕES DE ALAIN TOURAINE PARA A SOCIOLOGIA DO TRABALHO NO BRASIL	
FLÁVIO DA SILVA MENDES	89
5. BRAVERMAN E A ABORDAGEM DO PROCESSO DE TRABALHO: INFLUÊNCIA E CONSEQUÊNCIA	
LEONARDO MELLO E SILVA	109
6. DAVID LOCKWOOD – MARGINAL ENTRE NÓS, INCONTORNÁVEL PARA OS ESTUDOS DO TRABALHO	
PATRÍCIA VIEIRA TRÓPIA	141
7. E. P. THOMPSON, HISTORIADOR INTERDISCIPLINAR: PERFORMANCE, EXPERIÊNCIA E CULTURA, LULISMO E AGÊNCIA	
ANTONIO LUIGI NEGRO	165
8. RELAÇÕES DE TRABALHO E SINDICALISMO EM RICHARD HYMAN	
ANDRÉIA GALVÃO	193

**9. POR UMA CIÊNCIA COMPROMETIDA COM OS
TRABALHADORES: HUW BEYNON E A EXPERIÊNCIA
DO TRABALHO NA FORD**

JOSÉ RICARDO RAMALHO

RODRIGO SALLES PEREIRA DOS SANTOS 215

**10. OS TRABALHADORES E O DESENCANTAMENTO
DO MUNDO EM PIERRE BOURDIEU**

JOSÉ SÉRGIO LEITE LOPES

245

**11. SOBRE AS RESISTÊNCIAS COTIDIANAS:
A CONTRIBUIÇÃO DE JAMES C. SCOTT
PARA OS ESTUDOS DO TRABALHO**

MARILDA APARECIDA DE MENEZES

JAIME SANTOS JUNIOR

295

**12. CATEGORIAS DE ANÁLISE DE DANIÈLE KERGOAT
E SUA RECEPÇÃO NO BRASIL**

HELENA SUMIKO HIRATA

323

**13. O TRABALHO DAS MULHERES NA INTERSECÇÃO
ENTRE RAÇA E CLASSE: CONTRIBUIÇÕES DE ANGELA DAVIS**

CLARISSE GOULART PARADIS

349

**14. A TEORIA POLÍTICA DE POULANTZAS E A PESQUISA
SOBRE SINDICALISMO NO BRASIL**

ARMANDO BOITO JÚNIOR.

365

III - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	395
15. SOBRE O LUGAR DO PROLETARIADO NA TEORIA DE ANDRÉ GORZ	
JOSUÉ PEREIRA DA SILVA	397
16. “DISORGANIZED CAPITALISM” DE CLAUS OFFE E OS ESTUDOS DO TRABALHO NO BRASIL	
ADALBERTO MOREIRA CARDOSO	421
17. MICHAEL BURAWOY: DA POLÍTICA DA PRODUÇÃO AOS REGIMES DE MERCANTILIZAÇÃO	
RUY GOMES BRAGA NETO	441
18. DAVID HARVEY: AS TESES SOBRE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, NEOLIBERALISMO E A CENTRALIDADE DO TRABALHO	
MARIA DA GRAÇA DRUCK	473
19. O DESEMPREGO, UMA INVENÇÃO: UM DIÁLOGO (DESDE O SUL) COM SALAIS, BAVAREZ E REYNAUD	
NADYA ARAUJO GUIMARÃES	499
20. COMO NOS TORNAMOS O QUE SOMOS: CENTRALIDADE DO TRABALHO E SUAS MUTAÇÕES NA OBRA DE ROBERT CASTEL	
CIBELE SALIBA RIZEK	527

- 21. PENSAR PELO AVESSE AS RELAÇÕES DE TRABALHO:
UMA CONTRIBUIÇÃO ATUAL DE BENJAMIN CORIAT
PARA A DEMOCRACIA NO BRASIL?**
- MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY
FERNANDO RAMALHO MARTINS 543
- 22. PIORE E SABEL E A TESE DA ESPECIALIZAÇÃO FLEXÍVEL**
- TARIK DIAS HAMDAN
LUCAS LEMOS WALMRATH 565
- 23. DE CADEIAS PRODUTIVAS GLOBAIS A CADEIAS GLOBAIS
DE VALOR: A CONTRIBUIÇÃO DE GARY GEREFFI PARA
A SOCIOLOGIA DO TRABALHO NO BRASIL**
- ALICE RANGEL DE PAIVA ABREU 595
- 24. JACQUES FREYSSINET – POLÍTICAS PÚBLICAS, ATORES
SOCIAIS E TRABALHO**
- CLAUDIO SALVADORI DEDECCA
JOSÉ DARI KREIN 623
- 25. JOAN W. SCOTT: GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE**
- LUCÍLIA REGINA DE SOUZA MACHADO 647
- 26. “A DESMEDIDA DO CAPITAL” DE DANIELÈ LINHART E SUA
INFLUÊNCIA NOS ESTUDOS DO TRABALHO BRASILEIROS**
- ANGELA MARIA CARNEIRO ARAÚJO 671
- 27. SOCIALIZAÇÃO IDENTITÁRIA E PROFISSIONALIZAÇÃO
EM CLAUDE DUBAR**
- JORDÃO HORTA NUNES 695

28. “A DISTINÇÃO”: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA AOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL	
MAURÍCIO ROMBALDI	
KIMI APARECIDA TOMIZAKI	721
IV - NOVAS CONFIGURAÇÕES LABORAIS E SOCIETAIS	741
29. O PARADIGMA INFORMACIONAL DE CASTELLS E SUAS REPERCUSSÕES NOS ESTUDOS DO TRABALHO NO BRASIL	
ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA	743
30. O DEBATE SOBRE O CAPITALISMO CONEXIONISTA EM BOLTANSKI E CHIAPELLO	
MARCELO SAMPAIO CARNEIRO	791
31. A NOVA CULTURA DO TRABALHO NA OBRA DE RICHARD SENNETT	
JACOB CARLOS LIMA	815
32. ISTVÁN MÉSZÁROS E A ONTOLOGIA SINGULARMENTE HUMANA DO TRABALHO	
RICARDO LUIZ COLTRO ANTUNES	833
33. TRABALHO IMATERIAL EM NEGRI E LAZZARATO: UMA CATEGORIA OUSADA E POLÊMICA	
CESAR SANSON	857
34. JUSTIÇA, TRABALHO E SOLIDARIEDADE EM “HOMO JURIDICUS”, DE ALAIN SUPIOT	
ELINA GONÇALVES DA FONTE PESSANHA	
KAREN ARTUR	885

35. O “PRECARIADO” SEGUNDO GUY STANDING	
SIDARTHA SORIA E SILVA	
CRISTIANO WELLINGTON NOBERTO RAMALHO	907
36. TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR EM DETRIMENTO DO CIDADÃO, SEGUNDO LUCY TANGUY	
LILIANA PETRILLI SEGNINI	
SELMA BORGHI VENCO	
RAFAEL FERMINO BEVERARI	931
37. TRABALHO “CLÁSSICO” E “NÃO CLÁSSICO”: A CONTRIBUIÇÃO DE ENRIQUE DE LA GARZA PARA O DEBATE SOBRE A CRISE TEÓRICA DO TRABALHO	
MARIA APARECIDA BRIDI	945
AUTORES E AUTORAS	971

23. DE CADEIAS PRODUTIVAS GLOBAIS A CADEIAS GLOBAIS DE VALOR: A CONTRIBUIÇÃO DE GARY GEREFFI PARA A SOCIOLOGIA DO TRABALHO NO BRASIL

ALICE RANGEL DE PAIVA ABREU

Introdução

No início dos anos 1990 a sociologia do trabalho no Brasil, uma importante área com forte tradição e consolidação, tinha como um dos seus focos as transformações do processo de trabalho e das relações de produção a partir da crise do modelo fordista,¹ que dialogava, mas se distinguiu, dos tradicionais estudos sobre os sindicatos e organizações fabris. Olhando inicialmente como as novas formas de produção englobadas no conceito de “especialização flexível”² se materializavam num país em desenvolvimento, a discussão logo se reatualiza ao constatar a necessidade de entender como se davam as relações entre as firmas e a diversidade das formas de gestão por elas adotadas. Nesse sentido, esse novo enfoque, fortemente multidisciplinar, deslocava os referentes de espaço, até então centrado no interior das fábricas, para as redes e cadeias produzidas nas trajetórias de transformação das empresas. Trazia, igualmente, para a mesa, a questão das relações com grandes empresas transnacionais, porém, mais uma vez, reposicionava a discussão da teoria da dependência, que tratava da subordinação das periferias no desenvolvimento latino-americano face às grandes empresas dos países centrais, para uma análise das cadeias produtivas globais, e suas diversas formas de governança.

1. Os estudos do trabalho na sociologia brasileira foram tema de inúmeros balanços bibliográficos recentes, entre os quais Vêras de Oliveira, Ramalho e Rosenfield (2019) e Guimarães (2020), complementando resenhas anteriores, como Sorj (1983) e Abreu (1994).

2. Cf. Piore e Sabel (1984).

É nesse contexto que se insere a publicação do livro “Commodity chains and global capitalism”, em 1994, de Gary Gereffi e Miguel Korzeniewicz, que inaugura longo debate sobre cadeias produtivas globais, trazendo uma alternativa para entender a crescente internacionalização da economia e seus impactos em países em desenvolvimento.

Este capítulo, dividido em quatro partes, inicialmente apresenta os fundamentos do conceito de *cadeias produtivas globais*, discutindo na segunda parte sua evolução para *cadeias globais de valor*. A terceira parte discute como as análises de cadeias produtivas globais e cadeias globais de valor foram utilizadas para examinar alguns setores relevantes da economia brasileira e entender sua inserção nessas cadeias e redes globais. Finalmente, à guisa de conclusão, analisamos como os estudos dos pesquisadores brasileiros envolvidos nesse diálogo evoluíram nos últimos trinta anos e apontamos como os desenvolvimentos recentes no mundo do trabalho e na sociedade contemporânea exigem um reposicionamento dos conceitos de cadeias globais de valor, para dar conta dos freios atuais à globalização da produção.

Cadeias produtivas globais – o início do debate

A crescente internacionalização das atividades produtivas pós-Segunda Guerra Mundial foi analisada por diferentes perspectivas, desde a teoria da mundialização até a teoria da dependência. A primeira trouxe uma ampla perspectiva histórica ao processo de globalização, mostrando como, desde o século XVI, algumas mercadorias eram comercializadas globalmente e salientando as estruturas hierárquicas entre países. A teoria da dependência, por sua vez, tinha como centro da análise a dependência entre centro e periferia no capitalismo contemporâneo, enfatizando o aspecto de subordinação política nas relações econômicas entre o Norte e o Sul globais.³ Reconhecendo que a interlocução com essas duas perspectivas contribuiu para sua visão das cadeias produtivas globais, Gary Gereffi traz, no entanto, uma perspectiva mais pragmática. Sem deixar de reconhecer as relações de subordinação dos vários níveis da cadeia, a perspectiva de cadeias produtivas globais, tomando como foco um produto específico (calçados, automóveis, ves-

3. Cf. Gereffi (1994), Part I.

tuário e tantos outros), identifica as atividades dispersas internacionalmente para a fabricação do produto final, e analisa como as grandes corporações multinacionais envolvidas no controle da cadeia como um todo afetam o desenvolvimento competitivo das empresas locais nas diferentes regiões. Os vários estudos que integram o livro inaugural dessa perspectiva, analisando exemplos da América Latina e Sudeste Asiático, refletem com clareza a afirmação de Hopkinse Wallerstein (1994, p. 50), que “a maior virtude de uma cadeia produtiva está na ênfase no processo”.

Considerando as três dimensões das cadeias produtivas globais, [i] a interrelação de produtos e serviços numa crescente cadeia de valor das atividades econômicas; [ii] a dispersão ou concentração espacial das cadeias de produção ou distribuição envolvendo empresas de diferentes tipos e tamanhos, e [iii] a estrutura de governança, que indica como relações de autoridade e poder determinam a alocação de recursos materiais, humanos e financeiros ao longo da cadeia, essa perspectiva abre uma discussão profícua sobre as possibilidades de desenvolvimento competitivo das empresas locais.

Segundo Gereffi, Ponte e Raj-Reichert (2019, p. 5), alguns temas específicos distinguem essa abordagem de outras análises do processo de internacionalização produtiva: “(1) a centralidade das corporações multinacionais e das dinâmicas de poder no estudo das indústrias globais; (2) a re-conceptualização [*sic*] do papel do Estado e das ‘estratégias de desenvolvimento’ do Sudeste Asiático e da América Latina; e (3) a institucionalização da agenda de pesquisa das Cadeias Globais de Valor”. As grandes corporações transnacionais que participam dos sistemas globalizados de produção o fazem, não de forma isolada, mas como parte de estratégias globais de produção e distribuição. É necessário, portanto, entender suas relações com os vários outros agentes econômicos das cadeias. Um outro aspecto importante que a análise de cadeias globais de produção permite identificar é o papel das estratégias nacionais de desenvolvimento dos diferentes países para sua inserção nas cadeias globais. Essa perspectiva contrasta, por exemplo, o modelo de substituição de importações latino-americano com o modelo de industrialização orientada para exportação do Sudeste Asiático, com consequências bastante distintas nas respectivas

posições na economia global, bem como na alocação doméstica de recursos entre indústrias e grupos sociais.⁴

A interrelação em redes das atividades econômicas num sistema de produção permite que empresas criem redes tecnológicas e organizacionais que sustentam o desenvolvimento, a produção e a distribuição de produtos específicos numa organização global. Diferenciando a simples dispersão geográfica, entendida como internacionalização, da globalização, que envolve uma integração funcional entre as atividades dispersas internacionalmente, Gereffi chama atenção para o fato de que as grandes corporações transnacionais que coordenam estratégias globais de produção, distribuição e comercialização estão fortemente envolvidas no processo, ainda que de formas diferenciadas.

De fato, as cadeias produtivas globais podem se organizar de diferentes maneiras, dependendo dos ativos que as empresas líderes acionam para efetivar sua coordenação. Nas cadeias de produção (*producer-driven*), as corporações transnacionais têm um papel central no controle do sistema produtivo, como é peculiar a indústrias intensivas em capital e tecnologia, como as indústrias automotiva e aeronáutica, ou de computação. A subcontratação de componentes é comum nesse modelo, mas o controle do processo produtivo permanece com as corporações transnacionais.

Nas cadeias de comercialização (*buyer-driven*) as empresas líderes são corporações representando grandes marcas ou empresas comerciais, que estabelecem uma rede de produção descentralizada em vários países em desenvolvimento, organização típica de indústrias intensivas em trabalho, como a do vestuário, sapatos, móveis, brinquedos, além de outras. As empresas líderes não fabricam, mas mantêm o controle do planejamento, do *design* e da comercialização do produto, para garantir a qualidade final, e as cadeias constitutivas são muitas vezes complexas, envolvendo diferentes níveis de empresas.

As inúmeras pesquisas utilizando o modelo de cadeias produtivas globais permitiram refinar e aprofundar esses dois modelos, trazendo uma riqueza de detalhes para o modo de funcionamento das cadeias. As duas indústrias

4. Em "Manufacturing miracles: paths of industrialization in Latin America and East Asia", que compara as estratégias de desenvolvimento do México, Brasil, Coreia do Sul e Taiwan, o autor afirma que a visão tradicional é que os países latino-americanos com um grande mercado interno, como Brasil, México e Argentina investiram na substituição de importações, enquanto os pequenos países do Sudeste Asiático adotaram uma industrialização orientada para a exportação. Argumenta, no entanto, que a perspectiva de cadeias produtivas globais permite ir além e constatar que ambas as estratégias são adotadas em diferentes cadeias pelas duas regiões (Cf. Gereffi e Wyman, 1990).

emblemáticas desses modelos são a indústria automobilística, como uma cadeia impulsionada pela produção, e a indústria do vestuário, como uma cadeia coordenada pelas grandes marcas ou grandes empresas comerciais.

A primorosa análise de Gereffi, centrada sobre como grandes marcas do vestuário esportivo dos Estados Unidos ou grandes empresas comerciais, que dominavam o mercado consumidor americano, controlavam vastas cadeias produtivas em diferentes países, não através da produção, mas através da coordenação das diferentes atividades para chegar a um produto final com as requeridas características de qualidade, é uma das referências obrigatórias desse modelo. As vantagens auferidas pela empresa líder resultam de um complexo conjunto de pesquisa de ponta, desenvolvimento de *design*, vendas, *marketing* e serviços financeiros, sobre o qual mantém estrito controle, e que garante sua posição no nicho específico de mercado. A fabricação dos produtos, no entanto, é realizada por uma extensa cadeia de vários níveis espalhada por inúmeros países (Gereffi, 1994).

Já na cadeia automotiva, as grandes corporações multinacionais controlam diretamente a produção, com o domínio da tecnologia e de algumas etapas-chave do processo, ainda que possam subcontratar a fabricação de componentes. A análise de como a indústria de autopeças se organiza em distintos países, México, Brasil e Coreia, mostra como as características locais dos diferentes níveis podem influir fortemente na forma de inserção na cadeia (Lee e Cason, 1994).

A emergência do conceito das cadeias globais de valor

Com a perspectiva de cadeias produtivas globais fortemente reconhecida e servindo de base a um número expressivo de pesquisas em diferentes países e regiões, o grupo liderado por Gereffi, ainda no final dos anos 1990, faz um importante movimento para abrir o diálogo com uma outra perspectiva cujo interesse central era o conceito de “especialização flexível” (Piore e Sabel, 1984), que caracterizava as pequenas empresas do norte da Itália (Capecci, 1990 e 1997; Brusco, 1982; Sabel e Zeitlin, 1997). Com foco na dinâmica local dos *economic clusters*, i.e., aglomerações setoriais e distritos industriais, os pesquisadores do conceito de especialização flexível queriam entender como as pequenas empresas, tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento, podiam melhorar sua posição na economia global. Nesse sentido,

contrastavam com a perspectiva das cadeias produtivas globais que olhavam o processo a partir das corporações transnacionais. No entanto, também a perspectiva das cadeias produtivas globais tinha interesse em entender como o funcionamento das cadeias determinava os ganhadores e os perdedores nos diferentes níveis, contribuindo para o desenvolvimento efetivo de vários países do Sul Global.

Ambas as perspectivas reconheciam que os ganhos da globalização estavam muito mal distribuídos dentro e entre países. O desafio era integrar os diferentes níveis de análise: o *macro* (global), o *meso* (indústrias e países), e o *micro* (empresas e comunidades) (Gereffi, Ponte e Raj-Reichert, 2019), para poder introduzir uma série de novos temas que permitissem entender a crescente desigualdade entre países e os aspectos empobrecedores da globalização. Nasce aí o conceito de cadeias globais de valor, que adicionam novas áreas de interesse e uma nova tipologia de governança. Nas palavras de Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2018, p. 108):

O trabalho de pesquisa e de política relacionado a Cadeias Globais de Valor examina as diferentes maneiras em que os sistemas de produção e distribuição globais são integrados, e as possibilidades para empresas nos países em desenvolvimento para melhorar sua posição nos mercados globais. Esperamos que a teoria de governança das cadeias globais de valor que desenvolvemos aqui serão úteis para o desenvolvimento de ferramentas efetivas de políticas relacionadas à um *upgrading* industrial, ao desenvolvimento econômico, à criação de emprego e alívio da pobreza.

Nas cadeias globais de valor os países podem fazer escolhas importantes para regular ou desregular as cadeias locais, mas apenas uma análise abrangente de todos os atores envolvidos pode explicar “as dinâmicas sempre em movimento das cadeias globais de valor e os processos relacionados de acumulação de capital” (Gereffi, Ponte e Raj-Reichert, 2019, p. 112).

A nova tipologia proposta para cadeias globais de valor tentava dar conta da variedade de relações reveladas pelos diferentes estudos empíricos, que ultrapassavam os modelos de *producer-driven* e *buyer-driven* utilizados anteriormente.

Uma cadeia de valor descreve todas as atividades realizadas pelas firmas e pelos trabalhadores para fazer um produto, desde sua concepção até sua

forma final e comercialização. Inclui, portanto, atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de *design*, produção, comercialização, distribuição e assistência pós-venda para o consumidor final. Essas atividades podem ser realizadas dentro de uma única fábrica ou ser repartidas entre firmas diferentes, podendo estar dispersas geograficamente. Ao focalizar toda a cadeia, e incluir atividades tangíveis e intangíveis de agregação de valor, essa perspectiva permite uma visão holística das indústrias globais. E possibilita uma análise tanto de cima para baixo, ao analisar como as empresas líderes coordenam as atividades ao longo da cadeia, como de baixo para cima, ao indagar como decisões podem afetar as trajetórias de países ou regiões relacionadas com o desenvolvimento econômico e social.

O novo modelo apontava para seis dimensões básicas das cadeias globais de valor, três delas relacionadas às dinâmicas globais e as três seguintes relacionadas às dimensões locais, que esclarecem como os países se inserem nas cadeias global de valor (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016, p. 7; Humphrey e Schmitz, 2001):

A - Dimensões globais

1. *A estrutura de entrada e saída de insumos (input-output), que descreve o processo de transformação da matéria-prima ao produto final.* Com relação a esse ponto os autores indicam a necessidade de: [a] identificar as principais atividades e segmentos na cadeia global de valor e [b] identificar as dinâmicas e as estruturas das empresas dentro de cada segmento da cadeia de valor (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016, p. 8-9);

2. *A dimensão geográfica, que explica como a indústria está distribuída globalmente e em que países se realizam as diferentes atividades.* De fato, uma das principais contribuições dessa perspectiva é mapear a distribuição geográfica das indústrias globais, bem como as mudanças que ocorrem ao longo do tempo. As empresas operam em diferentes escalas geográficas, local, nacional, regional e global, e estão em evolução permanente. Esse é um ponto importante para ser levado em consideração com as mudanças contemporâneas da economia mundial. Os autores sugerem que pode estar ocorrendo uma tendência para a regionalização com o advento dos grandes acordos comerciais regionais (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016, p. 10);

3. *A estrutura de governança, que explica como a cadeia é controlada por empresas.* Indo além dos modelos *produce-driven* e *buyer-driven*, propõem uma estrutura de governança mais elaborada, envolvendo cinco modelos: de mercado, modular, relacional, cativa e hierárquica, construídos a partir de três variáveis: a complexidade da informação entre os atores das cadeias; a forma pela qual a informação é codificada; e o nível de competências dos fornecedores (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016, p. 10-11; Frederick e Gereffi, 2009; Gereffi *et al.*, 2005).

B – Dimensões locais

4. *O processo de upgrading, que descreve o movimento dinâmico dentro da cadeia, examinando como distintos produtores se movimentam entre os diferentes níveis e estágios da mesma.* A melhoria de posição nas cadeias pelas empresas está associada a diversos fatores, como as políticas governamentais, as estratégias corporativas, instituições, tecnologia e qualificação dos trabalhadores. Os padrões de sucesso na cadeia diferem de acordo com as indústrias e com a estrutura local de insumos e o contexto institucional de cada país (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016, p. 12-14);

5. *O contexto institucional local onde se insere a cadeia, que envolve elementos econômicos e sociais.* A inserção nas cadeias globais de valor está fortemente associada às condições locais, tanto econômicas, que incluem a disponibilidade de insumos, os custos do trabalho, a infraestrutura financeira disponível, etc.; como às condições sociais, que incluem o contexto do mercado de trabalho local, sua diversidade, qualificação e acesso à educação; além das condições jurídico/administrativas, como regulação trabalhista e fiscal, subsídios, políticas de educação e inovação (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016, p.14);

6. *Todas as partes interessadas de uma empresa (stakeholders), que descrevem como os atores locais da cadeia de valor interagem para atingir melhorias na sua posição na cadeia.* O mapeamento dos diferentes atores é fundamental. Os mais comuns são: empresas, associações industriais, trabalhadores, instituições educacionais, agências governamentais, departamento comerciais e de promoção de exportações e investimentos, ministérios de economia, educação, ciência e tecnologia, do exterior.

É necessário também considerar como estão estruturadas as relações entre esses atores no nível local, e que instituições estão numa posição de influenciar mudanças, o que identificaria os atores centrais da cadeia (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016, p. 14).

O reposicionamento para cadeias globais de valor vai subsidiar um importante número de estudos integrando as perspectivas de distritos industriais e cadeias de valor e levar a uma forte institucionalização da equipe de Gary Gereffi na Duke University nos EEUU. Inicialmente no Center on Globalization, Governance & Competitiveness, e depois no The Duke University Global Value Chains Center⁵, a comunidade de pesquisa ligada às cadeias globais de valor continuou a ter uma enorme atividade, onde a América Latina e o Brasil mantiveram presença.

Cadeias produtivas globais e cadeias globais de valor no Brasil: a evolução de um tema de pesquisa

A sociologia do trabalho brasileira ao final dos anos 1980 já vinha discutindo temas relacionados ao debate das cadeias produtivas globais, vistos através de abordagens críticas da reestruturação produtiva e da globalização. A maioria dos trabalhos se centrava na discussão de como as mudanças na produção fordista, em pleno curso nos países desenvolvidos, e as novas formas inspiradas no modelo japonês afetavam o uso da força de trabalho das empresas locais, e como as organizações sindicais reagem a essas mudanças.⁶

Um outro grupo, que tinha como uma das suas âncoras o GT 30 da Anpocs⁷, trazia o processo de trabalho como foco principal de pesquisa. Com uma forte perspectiva multidisciplinar, congregava pesquisadores de muitas áreas como antropologia, educação, engenharia, economia, gestão, e concentrava seus estudos nos processos de reestruturação produtiva em curso no país. Como enfatiza Nadya Guimarães “[...] ao unificá-los o interesse pelos estudos das relações sociais tal como estabelecidas e negociadas

5. Cf. <<https://gvcc.duke.edu/>>. Acesso em 24 ago. 2022.

6. Para um competente levantamento dessa produção, ver Vêras de Oliveira, Ramalho e Rosenfield (2019).

7. O GT 30, Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais, criado em 1983, teve importante presença na Anpocs durante os anos 80/90.

nos cotidianos, maiormente (conquanto não exclusivamente) de natureza fabril” (Guimarães, 2020, p. 38).

Ao olhar a produção desse grupo é possível perceber que:

[...] agregavam algo realmente novo na literatura sociológica. Ao inverter a perspectiva tradicional, abandonando o sistema político como ponto de partida para a percepção do movimento operário e privilegiando a análise da experiência cotidiana de subordinação na esfera fabril, essa nova perspectiva enfatiza o processo de trabalho como um dos elementos cruciais através do qual a classe se constitui, ou seja, as formas de subordinação e resistência no contexto fabril passam a ser um elemento central para a compreensão da formação e trajetória da classe trabalhadora (Abreu, 1986, p. 84).

De fato, já em trabalho anterior, Guimarães (2005) indicava como uma das abordagens em curso da sociologia do trabalho brasileira aquela que incorporava o estudo das mudanças nas formas de uso do trabalho, incorporando a perspectiva da cadeia produtiva e do mercado de trabalho, assim como o tema da terceirização.

Para esse conjunto de pesquisadores, fortemente internacionalizados, com conexões em diferentes instituições na Europa e nos Estados Unidos, uma relação importante se dava com o Institute of Development Studies, da Universidade de Sussex, com forte interesse no Brasil. E é através do trabalho de dois pesquisadores do IDS, John Humphrey e Hubert Schmitz, que a integração entre a perspectiva de *cluster*/distritos industriais e a de cadeias globais de valor será formalizada, utilizando como exemplos alguns estudos de caso brasileiros. Ambos tinham trabalhado no Brasil, Humphrey com a indústria automobilística (Humphrey, 1982; Hirata e Humphrey, 1992; Humphrey, 1987), Schmitz com a indústria de calçados no Rio Grande do Sul (Schmitz, 1995; Nadvi e Schmitz, 1994). Foi, no entanto, depois da aproximação com o grupo de Gereffi, num seminário realizado em 2000⁸ que conectava as duas comunidades, a da especialização flexível e a das cadeias de produção globais, que Schmitz e Humphrey elaboram de

8. Gereffi, Humphrey, Kaplinsky e Sturgeon (2001) fazem um relato do seminário e incluem uma lista de participantes, que além de Humphrey e Schmitz inclui também um pesquisador brasileiro, Antônio Fleury, da Escola Politécnica da USP.

forma competente uma visão integrada das duas perspectivas, como vemos adiante.⁹ Certamente, no entanto, esse esforço de integração estava informado pelos estudos anteriores dos dois autores, centrados em aglomerados setoriais ou setores industriais.

Assim, o artigo de Schmitz sobre o que classificou de *super cluster* de calçados no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, chamava atenção para as características que autorizavam a usar o conceito de *cluster* (a concentração espacial de um grande número de empresas num mesmo espaço geográfico, fabricando diferentes etapas do produto,¹⁰ e sua inserção no mercado exportador, através de agentes de exportação), ao mesmo tempo em que indicava os elementos que distinguiam esse caso do modelo italiano original (como a existência de empresas de tamanhos muito diferenciados, com grandes fábricas fordistas ao lado de pequenas e médias empresas; a forma de utilização da força de trabalho, que não seguia os modelos de qualificação crescente; e a importância de políticas governamentais locais, que não são o foco principal do modelo de especialização flexível). Afirma que o caso do Vale dos Sinos resulta numa contradição, já que pode ser classificado como distrito industrial/*cluster*, mas não como um exemplo de industrialização flexível (Schmitz, 1995).

Humphrey, por sua vez, tinha estudado a indústria automobilística brasileira nos anos 1970/80, quando sete grandes multinacionais constituíam a totalidade daquele setor, produzindo uma variedade de automóveis, caminhões e ônibus. Seu objetivo era entender o uso e controle da força de trabalho para poder explicar o nascente movimento operário/sindical metalúrgico de São Bernardo em São Paulo. O interessante da sua análise é o foco nas condições do interior da fábrica para entender o contexto do movimento operário (Humphrey, 1982, p. 11-16). Um outro aspecto interessante do trabalho de Humphrey nesse período é introduzir uma análise por gênero (Humphrey, 1987; Hirata e Humphrey, 1992), que será um dos novos temas posteriormente introduzidos nas cadeias globais de valor.

Quando se olha os novos parâmetros das cadeias globais de valor fica claro que o confronto entre cadeias produtivas globais e a perspectiva de *cluster* - aglomerações setoriais ou distritos industriais, que envolvia diferentes

9. Cf. Humphrey e Schmitz, 2000; Humphrey e Schmitz, 2001, e Schmitz (Ed.), 2004.

10. Schmitz (1995) ressalta que o Vale dos Sinos é o único conglomerado de calçados no país que congrega todas as etapas da fabricação do produto, desde a preparação do couro até a comercialização final, passando por etapas de confecção de componentes.

modelos de especialização flexível -, trouxe contribuições importantes para ambos. Havia, dos dois lados, uma clara percepção de que participar da economia global trazia tanto oportunidades como perigos. O maior perigo era ficar estacionado nos estratos inferiores das cadeias, competindo por meio de menores salários e situações degradantes de trabalho. As oportunidades eram vistas através de histórias de sucesso, de exemplos onde a inserção global leva a uma melhora coletiva de um aglomerado setorial, como foi o caso do polo de calçados no Vale dos Sinos no Brasil (Schmitz, 2004).

A integração das duas perspectivas introduz, do lado das cadeias globais de valor, a noção de *upgrading*, o processo de agregação de valor que melhora a posição na cadeia dos diferentes atores e que abrange uma clara preocupação com temas sociais, inserindo de forma explícita temas como o da questão de gênero e de políticas públicas/governamentais. Do lado dos pesquisadores de aglomerados setoriais e distritos industriais, introduz a noção de rede e de cadeias, ampliando a percepção de eficiência coletiva para além dos limites do aglomerado ou distrito industrial.

De fato, Humphrey e Schmitz iniciam esse diálogo já no final dos anos 1990, quando incluem a rede como uma das formas de eficiência coletiva, enfatizando que “a organização em rede de pequenas e médias empresas não precisa estar necessariamente ligada ao fato de estar na mesma localidade e pode ainda levar a uma eficiência coletiva” (Humphrey e Schmitz, 1996, p. 1859).¹¹ É, no entanto, em Humphrey e Schmitz (2000), que as duas perspectivas irão explicitamente se integrar, ao indagar se a entrada de aglomerados industriais em redes e cadeias favorecem ou impedem suas estratégias de melhoria da posição relativa na cadeia. Para responder a essa pergunta, os autores argumentam ser necessário explicitar o tipo de governança das cadeias (de mercado, semi-hierárquico e hierárquico) e o tipo de melhoria disponível para as empresas (se aquelas de produtos e processos ou as melhorias funcionais, que levariam a uma adequação aos padrões globais). Para os autores fica claro que os estudos de caso em países em desenvolvimento mostram que a coordenação da cadeia é uma atividade custosa, e que na maioria dos casos as empresas líderes relutam em favorecer grandes melhorias nos produtores locais, mantendo as assimetrias.

11. Nesse trabalho, “The Triple C approach to local industrial policy”, os autores discutem como políticas industriais devem associar os aspectos positivos dos modelos dos *clusters* e distritos industriais com os de redes e cadeias, visando uma política apoiada nos Tripla C: *customer-oriented, collective, cumulative* (orientada para o cliente, coletiva e cumulativa).

A introdução explícita da questão de gênero foi outra novidade na produção mais recente dos pesquisadores ligados à perspectiva das cadeias globais de valor. Muitos estudos avançaram para além da análise das cadeias de indústrias tradicionais, onde o trabalho feminino aparece nos estratos inferiores de qualificação e remuneração, como o de Bamber e Hamrick (2019), que investiga aspectos da indústria de equipamentos médicos na Costa Rica. As autoras mostram que o avanço das empresas estudadas na cadeia global afetou também as mulheres trabalhadoras, com aumento de salários e promoções funcionais, embora reconheçam que sucessos como esses necessitam políticas específicas, de qualificação e suporte da mão-de-obra feminina.

Como toda essa discussão repercutiu nos estudos do trabalho no Brasil? O final dos anos 1990 parece ter sido um período especialmente fértil para as discussões teórico-metodológicas do grupo em torno da questão do processo de trabalho. Importante ressaltar algumas iniciativas e eventos que motivaram uma viva discussão acerca dos temas de cadeias produtivas globais e cadeias globais de valor, que traziam também uma clara postura crítica em relação a muitos pontos.

Dois encontros se transformaram em importantes pontos de referência para esse grupo, um seminário, realizado em 1997 no Rio de Janeiro, sobre Produção Flexível e Novas Institucionalidades na América Latina; e, em 1999 e 2000, os Seminários Temáticos Interdisciplinares “Os Estudos do Trabalho: Novas Problemáticas, Novas Metodologias e Novas Áreas de Pesquisa”, organizados pela Universidade de São Paulo.¹² Ambos consolidaram discussões sobre redes e cadeias, sobre governança e as múltiplas relações econômicas e sociais ao longo da cadeia, e reafirmaram a questão de gênero como uma variável importante no estudo do trabalho. Muitas questões discutidas naquele momento evoluíram para temas centrais da sociologia de trabalho, hoje institucionalizados em importantes grupos de pesquisa.

12. O seminário de 1997, que resultou no livro “Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina” (Abreu, 2000), foi o coroamento do projeto “Economic governance and flexible production in Latin America and East Asia. A program of research, conferences and publication”. Desenvolvido no Social Science Research Council dos Estados Unidos, de 1995 a 1997, teve a coordenação de uma equipe internacional composta pelos professores Rick Doner, Eric Hershberg, Frederic Deyo, Alice Rangel de Paiva Abreu e Laís Abramo. Os seminários de 1999 e 2000 da USP foram organizados por Helena Hirata, Mario Salerno, Nadya Guimarães, Afonso Fleury, Leda Gitahy, Maria Teresa Fleury, Marcia de Paula Leite e Claudio Salvadori Dedecca, reunindo um número expressivo de pesquisadores do mundo do trabalho no Brasil ao longo de várias sessões. As sessões sobre novas metodologias e novas áreas de pesquisa resultaram no livro “Novas tramas produtivas: uma discussão teórico metodológica” (Gitahy e Leite, 2005).

A questão de redes e cadeias se impôs a partir dos muitos estudos centrados nas novas formas de organização do trabalho, resultante de modelos mais flexíveis e focados no aumento da qualidade, tanto de produto como da mão-de-obra. Entender como algumas funções eram externalizadas para fora da fábrica em questão obrigava o pesquisador, como tão bem enfatiza Guimarães (2005), a ter um olhar mais ampliado, e a analisar o intrincado tecido de relações econômicas e sociais estabelecidas ao longo da rede.

Nesse caminho, a metodologia de estudos transversais, em profundidade, de caso único mostrou-se cada vez mais insuficiente. O entendimento das estratégias de gerenciamento do trabalho apontava para desenhos de tipo longitudinal (antes que para fotografias de tipo *cross-section*) e para o estudo das firmas imersas em seu contexto de competição e de alianças, para a análise de redes interfirmas (antes que para o estudo de um só caso ou de poucos casos, isolados dos complexos em que se inserem). A análise longitudinal de firmas em redes revelou-se, então, uma estratégia de grande valor heurístico, quando se enfrenta o desafio de identificar a maneira pela qual se combinam, na explicação, os determinantes contextuais e aqueles internos à própria organização (Guimarães, 2005, p. 34).

Esse olhar para redes e cadeias informou toda uma nova agenda de pesquisa. Os estudos sobre as redes de fornecedores de diferentes setores se multiplicaram e constituíram a base para interessantes debates sobre que metodologias adotar para captar esses processos (Gitahy, 2005; Guimarães, 2005; Leite, 2005). A cooperação com outras disciplinas fica também evidente, com a forte presença de engenheiros, que já utilizavam o conceito de cadeias globais de valor (Fleury e Fleury, 2000, 2005) e de pesquisadores da área de educação. O que impressiona é a diversidade de setores estudados (químico, automobilístico, têxtil, linha branca, telecomunicações, calçados, plástico, móveis); as diferentes abordagens metodológicas e a ênfase de que era preciso estudar não apenas as mudanças em curso nas grandes e médias empresas, mas também o que acontecia ao longo da cadeia produtiva, incluindo as pequenas empresas fornecedoras de terceira ou quarta linha (Abreu, 2000; Gitahy, 2005; Abramo, 2005).

O olhar para redes e cadeias amplia também os estudos para fora do Brasil, uma vez que não apenas é preciso entender a coordenação de empresas

líderes situadas no exterior, mas também exige muitas vezes uma análise comparativa para evidenciar como a mesma cadeia pode ter conexões em diferentes países e como as condições locais podem resultar em dinâmicas bastante distintas (Novick e Yoguel, 2000; Fleury e Fleury, 2000).

A questão da governança e da possibilidade de movimento ao longo da cadeia foi outro tema importante nessa nova agenda de pesquisa. Fica claro, mais uma vez, a importância do diálogo com todo o arcabouço conceitual das cadeias globais de valor, não obstante a ênfase no fato de as condições locais afetarem de forma negativa a posição das empresas brasileiras ao longo da cadeia. Abreu e Ramalho (2005), ao analisarem a implantação do novo polo automotivo no sul fluminense, consideraram essencial iluminar as relações entre o global, o regional e o local, e incorporar ao seu quadro analítico a dimensão de poder (relações hierárquicas), mapeando a atuação dos diversos atores sociais e econômicos envolvidos. Ramalho, Santos e Lima (2016) expressam bem esse ponto ao observarem que: “O peso atribuído às escalas regional, internacional e, principalmente, global, como espaços de decisão e ação econômica e política de grandes empresas, tem limitado o entendimento de que sua constituição efetiva passa pela localidade” (p. 176).

A pesquisa sobre o consórcio modular implantado pela Volkswagen Caminhões e Ônibus em Resende, em 1996, consegue captar um exemplo único de arranjo organizacional na indústria automobilística brasileira, já que continua sendo o único exemplo no qual a montagem do produto final é integralmente realizada pelos fornecedores (Abreu, Beynon e Ramalho, 2000). Posteriormente, outras montadoras, em outros estados brasileiros, implantaram sistemas parecidos, os assim chamados condomínios industriais,¹³ que passaram a agrupar empresas fornecedoras em torno das principais montadoras, reduzindo custos de transporte, ajustando a integração entre as empresas e assegurando um fluxo contínuo de fornecimento. Os dois modelos são redes verticalizadas e hierarquizadas, mas com arranjos bastante distintos da cadeia usual de produção.

A vinda, em 2001, de outra montadora, a PSA Peugeot Citroën, para o município vizinho de Porto Real, permitiu contrastar diferentes formas de arranjos organizacionais, e, mais do que tudo, investigara relação com os trabalhadores ao longo da cadeia. Enfatizando que muitas vezes os estudos

13. Os casos da Fiat (Betim/MG), Audi (São José dos Pinhais/PR), GM (Gravataí/RS) e Ford (Camaçari/BA).

de redes e cadeias deixam de lado uma análise mais profunda da agência dos trabalhadores nesses espaços, Ramalho e Santos (2018), afirmam:

Dessa forma, o conjunto de contribuições que visa preencher essa lacuna demonstra enorme potencial para reconstituir uma compreensão relacional da conformação das estratégias corporativas em rede e de uma classe trabalhadora profundamente estratificada, implicando condições mais complexas de consentimento e resistência. Nesses termos, parece central o aprofundamento das investigações acerca das formas de integração assimétrica e funcional das frações da classe trabalhadora, tendo em conta segmentações étnica, de gênero, regional etc. e os processos estruturais de diferenciação que os sustentam – generificação, racialização, regionalização etc. Mais importante, essas contribuições destacam a natureza fragmentada e contraditória, individual e coletiva, da agência dos trabalhadores. De fato, os trabalhadores e suas organizações de representação configuram uma matriz constitutiva da globalização econômica. Não obstante, sua conformação empírica não se reduz, de modo algum, a modelos de ação predeterminados, grandemente apoiados na experiência histórica de categorias organizadas de trabalhadores oriundas de segmentos da indústria e com forte componente idealizado. De fato, a ‘fragmentação’ da agência proposta pelo modelo das RGPS precisa ser radicalizada e incorporada pelos estudos do trabalho, de modo a reconstituir as condições empíricas a partir das quais os trabalhadores se vinculam a cadeias de valor extensão, que partem da extração, passam pela produção, distribuição e consumo, mas não se esgotam no descarte, reconstituindo incessantemente tanto os ciclos de acumulação de capital quanto as condições de sua ruptura periódica (Ramalho e Santos, 2018, p. 25-26).

A ênfase na agência dos trabalhadores passa também pelo reconhecimento da permanente importância da representação sindical, que, segundo os mesmos autores, “vêm sendo reconfiguradas incessantemente, emulando práticas corporativas em rede, mas também se desenvolvendo a partir de repertórios históricos e inovações institucionais” (Ramalho e Santos, 2018, p. 26).

Uma outra característica dessa nova agenda de pesquisa no final dos anos 1990 é a reafirmação da questão de gênero como elemento central para a compreensão da complexa rede de relações de produção nos espaços fabris. Abreu afirma

[...] que as relações de produção atualizam, muitas vezes, relações de poder que não emanam diretamente da esfera produtiva. Abre-se, portanto, todo um amplo espectro de análise onde a cultura, a questão do gênero e das relações familiares, das representações e percepções da realidade vivida ocupam um espaço tão significativo como o espaço usualmente atribuído a fatores de ordem política, econômica e tecnológica (Abreu, 1986 *apud* Guimarães, 2022).

Como já mencionado, os pioneiros estudos de Humphrey (1987) e Hirata e Humphrey (1992) haviam revelado como emprego e desemprego, qualificação e salários, eram conjugados de forma muito distinta para homens e mulheres. Esses autores, baseados em estudos de processos fabris na indústria paulista, traziam o tema para outro patamar de análise. A nova agenda de pesquisa focando a questão das cadeias globais de valor vai, como em outros temas, acrescentar novos olhares e perspectivas. Laís Abramo (2005), coloca os pontos centrais dessa nova perspectiva:

Em termos metodológicos e conceituais, essas conclusões reforçam a importância de dois procedimentos: a) a incorporação da perspectiva de análise das cadeias produtivas no estudo dos fenômenos relativos à reestruturação, na medida em que esta permite visibilizar a presença feminina como parte importante das novas articulações produtivas, ao evidenciar como (apesar de muitas vezes ausente das empresas de ponta das cadeias) elas estão presentes nos diversos níveis de subcontratação que as conformam, e, nessa medida, são parte importante do ‘novo trabalhador coletivo’ que se configura ao longo dessas articulações; b) a incorporação explícita da dimensão de gênero nos estudos referentes à reestruturação produtiva, e, especificamente, naqueles referentes às novas configurações das cadeias produtivas, que permite elucidar a permanência e reprodução desses mecanismos de discriminação e segmentação do mercado de trabalho (Abramo, 2005, p. 113).

Entender a variedade dos tipos de trabalho incorporados nos diferentes níveis leva Abramo a afirmar que, ao olhar de forma holística a cadeia, passamos a compreender que:

A própria noção de qualificação é uma construção social, na qual a dimensão de gênero é um componente fundamental [...] Em outras palavras, o que define um trabalho como qualificado e não-qualificado [*sic*] não é apenas o seu conteúdo técnico específico (e tenderia a ser cada vez menos, segundo as novas tendências da organização produtiva). Nessa construção social entram fortemente as imagens de gênero, ou seja, as representações que têm empresários, gerências, trabalhadores, trabalhadoras, sistemas de formação profissional, sobre o que é o trabalho de homens e o trabalho de mulheres, as habilidades, qualidades, comportamento, atitudes e competências de uns e outros (Abramo, 2005, p. 112).

Essas afirmações são plenamente confirmadas por Bila Sorj (2005) que discute um tipo específico de trabalho, o trabalho domiciliar, e mostra que este pode ser exercido por assalariados formalmente contratados, ao estudar uma empresa de um setor de atividade não tradicional que utiliza o trabalho domiciliar no contexto de políticas de “qualidade total”. Na empresa estudada, as trabalhadoras em domicílio tinham contratos formais de trabalho, com direitos trabalhistas e um salário fixo mensal competitivo para o mercado local. O estudo sugere, portanto, uma hibridização entre trabalho formal/informal, que expressa a complexidade dos efeitos da reestruturação produtiva sobre o trabalho.

Um olhar contemporâneo – os estudos do trabalho e cadeias globais de valor no mundo de hoje

O debate sobre cadeias e redes na sociologia do trabalho brasileira discutido acima se deu fortemente fertilizado por inúmeras outras referências, e não apenas de Gary Gereffi e seu grupo. É inegável, no entanto, que os conceitos de cadeias produtivas globais e, posteriormente, de cadeias globais de valor marcaram fortemente a sociologia do trabalho e foram a base de uma rica discussão teórico-metodológica que certamente agregou um conhecimento importante sobre o mundo do trabalho nos últimos 30 anos.

A vasta produção recente do grupo de Gereffi inclui trabalhos de naturezas distintas. Por um lado, textos que continuam a refinar a discussão teórico-metodológica, como os “Global value chains analysis: a primer” (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016); “Global value chains and development: redefining the contours of 21st Century capitalism” (Gereffi, 1918); “Local cluster in global value chains: linking

actors and territories through manufacturing and innovation” (De Marchi, Di Maria e Gereffi, 2018); “Handbook on global value chains” (Gereffi, Ponte e Raj-Reichert, 2019). Por outro, um vasto leque de relatórios e pesquisas patrocinadas por clientes que abordam questões de desenvolvimento econômico e social para governos, fundações e organizações internacionais. Uma grande parte desses estudos está concentrada na Ásia e África, mas é possível encontrar referências sobre América Latina e Caribe e, em menor número, Brasil.¹⁴

Também no Brasil houve uma evolução. Muitos trabalhos aqui citados se revelaram como primeiros passos para uma forte institucionalização de temas até hoje relevantes e presentes na sociologia do trabalho brasileira.

Um trajeto interessante foi aquele dos estudos de gênero, que incitaram a sociologia do processo de trabalho “a pensar as realidades mais amplas do mercado do trabalho” (Abramo, 2005, p. 101), e que evolui para a criação e estruturação de um novo e importante tema, o “trabalho do cuidado”, hoje ancorado numa competente discussão conceitual e em estudos cada vez mais amplos envolvendo as realidades do cuidado na sociedade brasileira.¹⁵

O conceito de cadeias globais de valor continua sendo um referencial importante para a engenharia de produção e estudos do trabalho, utilizado para iluminar os processos recentes e nem sempre positivos da inserção brasileira nas cadeias e redes internacionais, fortemente impactados pelas crises recentes da economia brasileira e pelos desdobramentos da pandemia de Covid -19 (CNI, 2021; Fleury e Fleury, 2021; Fleury, 2022; Leite e Salas, 2022; Ress, Moraes e Salerno, 2013).

O estudo da implantação do polo automotivo em Resende germinou para o núcleo de pesquisa *Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA)*, vinculado à UFRJ, criado em 2014, e que hoje revela

[...] o esforço coletivo bem-sucedido de pesquisadoras e pesquisadores, ao longo desse período, reajustando continuamente o foco de análise e atualizando de modo incessante o debate sobre temas e aspectos transformadores daquela realidade regional.

14. No portal do Duke Global Value Chains Center é possível realizar uma busca de toda sua produção. Cf: <<https://gvcc.duke.edu/overview-of-work/>>.

15. Além de um importante número de artigos, alguns livros sintetizam o trabalho recente sobre o tema: Guimarães e Hirata (2020); Guimarães e Hirata (Orgs.) (2020a); Guimarães e Hirata (2021); Hirata (2022).

Isto resultou na elaboração de dezenas de teses e dissertações, na publicação de achados em importantes periódicos científicos nacionais e internacionais, na realização de três *surveys* sobre o perfil do operariado, na participação em encontros regionais, entre outras atividades (Ramalho e Santos, 2022, p. 13).

É preciso assinalar, no entanto, que os desenvolvimentos recentes no mundo do trabalho e na sociedade contemporânea vão exigir um reposicionamento do conceito de cadeias globais de valor, para dar conta dos freios atuais à globalização como consequência da pandemia e do novo cenário geopolítico mundial. Gereffi não tem se furtado a debater essas questões. Desde 2014, quando publicou um artigo sobre cadeias globais de valor num mundo pós-Consenso de Washington, vinha discutindo como os novos acordos regionais, as crises econômicas e o novo papel de países como a China vinham afetando fortemente algumas cadeias de valor. É, no entanto, no seu depoimento para o Comitê de Comércio, Ciência e Transporte do Senado Americano, em 2021, comentando um recente relatório produzido pela Casa Branca sobre como fortalecer as cadeias de suprimento americanas (Gereffi, 2021), que o autor aponta para questões a serem levadas em consideração para manter a perspectiva de cadeias globais de valor como um conceito operacional para o mundo contemporâneo. O impacto da Covid-19, os novos acordos econômicos regionais, o crescente papel da Ásia e da China como seu epicentro, têm resultado no encurtamento de algumas cadeias e na volta de políticas de cunho nacionalistas. Como refinar a análise de cadeias globais de valor a esses novos tempos será um dos desafios a ser enfrentado.

Referências

Abramo, L. (1998). Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: Abramo, Laís; Abreu, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: Alast/Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo.

_____. (2005). Cadeias produtivas, segmentação de gênero e novas formas de regulação: notas metodológicas a partir de uma experiência de pesquisa.

In: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula. (Orgs.) *Novas Tramas Produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac, p. 93-118.

Abreu, A. R. P. (1994). Especialização Flexível e Gênero: debates atuais. *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 1, p. 52-57.

_____. (Org.). (2000). *Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____; Beynon, H.; Ramalho, J. R. (2000). The dream factory. VWs Modular Production System in Resende, Brazil. *Work, Employment and Society*, 14, p. 265-282.

_____; Gitahy, L.; Ramalho, J. R.; Ruas, R. (2000). Produção flexível e relações interfirmas: a indústria de autopeças em três regiões do Brasil. In: Abreu, Alice R. de P. (Org.). *Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 27-73.

_____; Ramalho, J. R. (2005). Para além do processo de trabalho: uma agenda de pesquisa para o polo automotivo do Rio de Janeiro. In: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula. (Orgs.). *Novas tramas produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac, p. 119-136.

Bamber, P.; Hamrick, D. (2019). *Gender dynamics and upgrading in global value chains: the case of medical devices*. Background paper for the WBG WTO Global Report on Trade and Gender, jan., 18. Disponível em <<https://gvcc.duke.edu/cggclisting/gender-dynamics-and-upgrading-in-global-value-chains-the-case-of-medical-devices/>>. Acesso em 19 ago. 2022.

Brusco, S. (1982). The Emilian model: productive decentralisation and social integration. *Cambridge Economic Journal*, v. 6, n. 2.

Capecchi, V. (1990). La economía informal y el desarrollo de la especialización flexible en Emilia Romagna. In: Portes, Alejandro (Org.) *La Economía Informal en los Países Dessallorados y en los Menos Avanzados*. Buenos Aires: Planeta.

Confederação Nacional da Indústria (2021). *Reorganização das cadeias globais de valor: riscos e oportunidades para o Brasil resultantes da pandemia de COVID-19*. Relatório preparado por Timothy J. Sturgeon e Mark P. Dallas, tradução de Demaristes Volpa. Brasília: CNI, 2021. 64p. Disponível em <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/?title=Reorganiza%C3%A7%C3%A3o+das+cadeias+globais+de+valor&categories=11&month=0&year=&data_geral=>>. Acesso em 09 dez. 2022.

De Marchi, V.; Di Maria, E.; Gereffi, G. (2018). Industrial districts, clusters and global value chains. Toward an integrated framework. *In: De Marchi, Valentina; Di Maria, Eleonora; Gereffi, Gary (Rds.). Local cluster in global value chains: linking actors and territories through manufacturing and innovation*. Abingdon: Routledge, p. 1-18.

_____. (Eds.). (2018). *Local cluster in global value chains: linking actors and territories through manufacturing and innovation*. Abingdon: Routledge.

Fleury, A. (2022). *Reindustrialização: determinações advindas das cadeias globais de valor*. Texto preparado para o Ciclo de Estudos Estratégicos do CONDEFESA – Conselho Nacional da Indústria de Defesa e Segurança da CNI – Confederação Nacional da Indústria. 12p.

Fleury, A.; Fleury, M. T. L. (2005). Em busca de metodologias para o estudo de cadeias de valor. *In: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula (Orgs.). Novas tramas produtivas. uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac, p. 137-169.

_____. (2020). A reconfiguração das cadeias globais de valor (global value chains) pós-pandemia. *Estudos Avançados* [On-line], n. 34, p. 203-219.

_____. (2000). A dinâmica das relações cliente-fornecedor no processo de aprendizagem organizacional de empresas brasileiras e mexicanas. *In: Abreu, Alice R. de P. (Org.). Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 192-215.

Gereffi, G. (1994). The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. Retailers shape overseas production networks. *In: Gereffi, Gary; Korzeniewicz, Miguel (Eds.). Commodity chains and global capitalism*. Westport, Connecticut, London: Praeger, p. 95-122.

_____. (2014). Global value chains in a Post-Washington Consensus World. *Review of International Political Economy*, v. 21, n. 1, p. 9-37. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1080/09692290.2012.756414>>. Acesso em 23 ago. 2022.

_____. (Ed.). (2018). *Global value chains and development: redefining the contours of 21st Century Capitalism*. New Delhi: Cambridge University Press. 476p. Edição do Kindle.

_____. (2021). Written testimony submitted to the Committee on Commerce, Science and Transportation, United States Senate, for the Legisla-

tive Hearing on “Implementing Supply Chain Resiliency”. *Committee on Commerce, Science and Transportation, United States Senate*, Thursday, July 15, 2021. Disponível em <<https://www.commerce.senate.gov/2021/7/implementing-supply-chain-resiliency>>. Acesso em 23 ago. 2022.

_____; Wyman, D. (Eds.). (1990). *Manufacturing miracles: paths of industrialization in Latin America and East Asia*. Princeton: Princeton University Press.

_____; Korzeniewicz, M. (Eds.). (1994). *Commodity chains and global capitalism*. Westport, Connecticut, London: Praeger.

_____; Humphrey, J.; Kaplinsky, R.; Sturgeon, T. J. (2001). Introduction: globalisation, value chains and development. *IDS Bulletin*, v. 32, n. 3, p. 1-8.

_____; Fernandez-Stark, K. (2016). *Global value chains analysis: a primer*. Center on Globalization, Governance & Competitiveness, Duke University. 2nd Edition, July.

_____; Humphrey, J.; Sturgeon, T. J. (2018). The governance of global value chains. In: Gereffi, Gary (Ed.). *Global value chains and development: redefining the contours of 21st Century Capitalism*. Cambridge University Press, p. 108-133.

_____; Ponte, S.; Raj-Reichert, G. (Eds.). (2019). *Handbook on global value chains*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing. 611p. Acessado de Pub Factory em 03/08/2022.

Gitahy, L. (2005). Redes e flexibilidade: da mudança das práticas cotidianas a uma nova trama produtiva. In: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula (Orgs.). *Novas tramas produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac, p. 216-233.

_____; Cunha, A. M.; Rachid, A. (1997). Reconfigurando as redes institucionais: relações interfirmas, trabalho e educação na indústria de linha branca. *Educação & Sociedade*, XVIII, dez., 61, p. 159-186.

_____; Leite, M. P. (Orgs.). (2005). *Novas tramas produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac. 232p.

Guimarães, N. A. (2005). Tempo e espaço: antigos desafios que se atualizam em novas abordagens. In: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula (Orgs.). *Novas tramas produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac, p. 28-57.

_____. (2009). A sociologia do mercado de trabalho: ontem e hoje. *Novos Estudos Cebrap*, 85, p. 151-170. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002009000300007>>. Acesso em 18 ago. 2022.

_____; Hirata, H. (2020). *O gênero do cuidado. desigualdades, significações e identidades*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial. 295p.

_____; Hirata, Helena (Orgs.). (2020a). *El cuidado em América Latina: mirando los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay*. Buenos Aires: Fundación Medifé Edita. 243p.

_____; Hirata, H. (Orgs.). (2021). *Care and care workers: a Latin American perspective*. Cham, Switzerland: Springer Nature Switzerland. 246p.

_____; (2020). A Transversalidade do gênero: desafiando cânones nos estudos brasileiros do trabalho. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, n. 53, p 35-52.

Hernández, R. A.; Martínez, J. M.; Mulder, N. (Eds.). (2014). *Global value chains and world trade: Prospects and challenges for Latin America*. ECLAC Books, n. 127 (LC/G.2617-P), Santiago, Chile: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC).

Hirata, H. (2022). *O cuidado. Teorias e práticas*. São Paulo: Boitempo Editorial. 233p. Edição do Kindle.

_____; Humphrey, J. (1992). Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise. *Tempo Social*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 111-131.

Hopkins, T. K.; Wallerstein, I. (1994). Conclusions about commodity chains. In: Gereffi, Gary; Korzeniewicz, Miguel (Eds.). *Commodity chains and global capitalism*. Westport, Connecticut, London: Praeger.

Humphrey, J. (1982). *Fazendo o “milagre”. Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes (em coedição com Cebrap).

_____. (1987). *Gender and work in the Third World: sexual divisions in Brazilian industry*. London and New York: Tavistock Publications. 229p.

_____. (2002). How does insertion in global value chains affect upgrading in industrial clusters? *Regional Studies*, v. 36, n. 9, p. 1017-1027. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/24087684_How_Does_Insertion_in_Global_Value_Chains_Affect_Upgrading_in_Industrial_Clusters>. Acesso em 16 ago. 2022.

_____. (2000) *Governance and upgrading: linking industrial cluster and global value chain research*. IDS Working Paper 120. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/320809220_Governance_and_Upgrading_Linking_Industrial_Cluster_and_Global_Value_Chain_Research>. Acesso em 09 ago. 2022.

_____. (2001). Governance in global value chains. *IDS Bulletin*, v. 32, n. 3, p. 19–29.

_____; Schmitz, H. (1996). The Triple C approach to local industrial policy. *World Development*, v. 24, n. 12, p. 1859-1877.

Lee, N.; Cason, J. (1994). Automobile commodity chains in the NICs: A comparison of South Korea, México, and Brazil. In: Gereffi, Gary; Korzeniewicz, Miguel (Eds.). *Commodity chains and global capitalism*. Westport, Connecticut, London: Praeger, p. 223-243.

Leite, M. P. (2005). O trabalho (re)visitado: uma discussão metodológica. In: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula (Orgs.). *Novas Tramas Produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac, p. 234-257.

_____; Salas, C. (2022). O trabalho em cadeias globais de valor: um olhar sobre setores selecionados no Brasil. In: Leite, Marcia de Paula; Biavaschi, Magda Barros; Salas, Carlos; Lima, Jacob Carlos (Orgs.). *O trabalho em crise: flexibilidade e precariedades*. São Paulo: EdUFSCAR, 2022, Ebook, p. 62-80.

Nadvi, K.; Schmitz, H. (1994). Industrial clusters in less developed countries: Review of experiences and research agenda. *IDS Discussion Paper 339*.

Oliveira, L.; Fleury, A.; Fleury, M. T. (2021). Digital power: value chain upgrading in an age of digitization. *International Business Review*, v. 30, n. 6, p. 101850-101852.

Piore, M. J.; Sabel, C. F. (1984). *The second industrial divide*. New York: Basic Books.

Ramalho, J. R. (2005). Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 3, p. 491-524.

_____; Santos, R. S. P. (Orgs.). (2022) *Trabalho e mudança social: efeitos da indústria automotiva no Rio de Janeiro*. São Paulo: Annablume. 616p.

_____. (2018). Trabalho e ação sindical em redes globais de produção. Dossiê: Sociedade, trabalho e sindicalismo na contemporaneidade. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, p. 9-29. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ts/a/z4pw dVZTjWD8w7tgzSZRbWN/?lang=pt>>. Acesso em 08 ago. 2022.

_____. (2022). Um percurso de investigação coletiva: fábricas, territórios e redes na indústria automotiva do Rio de Janeiro. In: Ramalho, José Ricardo; Santos, Rodrigo Salles Pereira dos (Orgs.). *Trabalho e mudança social: efeitos da indústria automotiva no Rio de Janeiro*. São Paulo: Annablume, p. 21-54.

_____; Lima, R. J. C. (2013). Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. *Sociologia & Antropologia*, jun., Rio de Janeiro, v. 03, n. 05, p.175 –200.

Ress, A. P; Moraes, R. O.; Salerno, M. S. (2013). Test-driven development as an innovation value chain. *Journal of Technology Management & Innovation*, 8, p. 115-123.

Ruas, R.; Zawislak, P. A. (2005). A externalização produtiva no complexo calçadista do Rio Grande do Sul: impactos sobre o emprego e a qualificação. In: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula (Orgs.). *Novas Tramas Produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac.

Sabel, C. F.; Zeitlin, J. (Orgs.). (1997). *World of possibilities: flexibility and mass production in Western industrialization*. Cambridge: Cambridge University Press.

Schmitz, H. (1995). Small shoemakers and Fordist giants: tale of a supercluster. *World Development*, v. 23, n. 1, p. 9-28. Elsevier. Disponível em <<https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/0305750X9400110K?token=0-34473D4216D6AD3A6EB607A092DF917306290CA6007D95957E117383CE5DB2A4E1D3B8002DE329D6B603A1DF537C2E2&originRegion=us-east-1&originCreation=20220725165551>>. Acesso em 03 ago. 2022.

Schmitz, H. (Ed.). (2004). *Local enterprises in the global economy. issues of governance and upgrading*. Cheltenham: Edward Elgar.

Sorj, B. (1983). O processo de trabalho na indústria: tendências de pesquisa. *BIB -Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 15, p. 53-55

_____. (2000). Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 25-34. Disponível

em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000200002>>. Acesso em 01 ago. 2022.

_____. (2005). Mudanças e continuidades do trabalho domiciliar: algumas questões metodológicas *In*: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula (Orgs.). *Novas tramas produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac. p. 83-96.

Véras de Oliveira, R.; Ramalho, J. R.; Rosenfield, C. (2019). A sociologia do trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais. *BIB*, 90, p. 62-88.